

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.1. Globalização.....	14
1.2. Evolução histórica.....	15
1.3. Cenário atual.....	25
2. A PLURITRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL E SEUS MÉTODOS DE COMBATE.....	31
2.1. Soberania e competência tributária.....	31
2.2. O fenômeno da dupla tributação ou pluritributação internacional.....	33
2.3. Métodos de combate à pluritributação internacional.....	37
2.4. A aplicação das convenções internacionais.....	40
3. O TRATADO INTERNACIONAL E SUA INCORPORAÇÃO NO ORDENAMENTO INTERNO.....	43
3.1. O tratado internacional e os Estados soberanos.....	43
3.2. A Convenção de Viena e os tratados internacionais.....	44
3.3. Conceituação do tratado internacional e sua formação.....	46
3.4. As teorias da transformação e da adoção.....	49
3.5. Os tratados internacionais e o direito interno pátrio.....	52
3.5.1. Competência no Brasil para celebrar tratados.....	52
3.5.2. Autoridades competentes.....	56
3.5.3. O processo de formação e incorporação dos tratados internacionais.....	57
3.5.4. A eficácia dos tratados internacionais.....	60
4. SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS ENTRE O TRATADO	



INTERNACIONAL E AS LEIS INTERNAS	63
4.1. O conflito entre o tratado internacional e o ordenamento interno	64
4.2. Teorias que tratam do conflito	66
4.2.1. Teoria dualista	69
4.2.2. Teoria monista	74
4.3. Tratamento da matéria no direito pátrio	81
4.4. Posição da jurisprudência.....	87
4.5. Apreciação da constitucionalidade dos tratados.....	91
5. TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA..	95
5.1. Critérios empregados nos tratados internacionais que versam sobre matéria tributária	100
5.2. Classificação dos tratados internacionais que versam sobre matéria tributária	102
5.3. Os tratados internacionais em matéria tributária e o direito pátrio	104
5.4. Posição jurisprudencial	113
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS AOS PODERES DE TRIBUTAR E NÃO TRIBUTAR	119
7. FORMAS DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	121
8. CONCESSÃO DE ISENÇÕES DE TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS POR MEIO DE TRATADOS INTERNACIONAIS .	127
8.1. Soluções para a questão existentes na doutrina	133
8.2. Corrente contrária à concessão de isenções por tratados internacionais	135

8.3. Corrente favorável à concessão de isenções por tratados internacionais	139
8.4. Posição jurisprudencial	152
9. CASOS “ITAIPU BINACIONAL” E “GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA”	163
10. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES PARA DIRIMIR AS CONTROVÉRSIAS SOBRE O TEMA.....	171
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
12. GLOSSÁRIO	195
13. BIBLIOGRAFIA.....	197